

PARENTALIDADE E ACADEMIA - MAPEAMENTO DE AÇÕES DE APOIO À PARENTALIDADE NAS IES DA REGIÃO METROPOLITANA DO RIO DE JANEIRO

TAVARES; Vitória de Oliveira

UFRRJ, Instituto Multidisciplinar, Departamento de Geografia

Palavras-chave: parentalidade, maternidade, maternagem, gênero, classe, raça.

INTRODUÇÃO

O exercício do cuidado por outras pessoas, secularmente delegado na modernidade ocidental às mulheres, hoje toma outro contorno nas discussões dentro dos estudos de gênero e, com isso, se faz necessária a construção de um pensamento geográfico que acompanhe e investigue essas transformações sociais, acadêmicas e consequentemente, espaciais:

Durante um longo período, a maternagem foi pensada como intrinsecamente relacionada à maternidade, como função feminina por excelência, concernente à natureza da mulher, embora alguns autores apontem para o fato de que essa dedicação da mulher ao papel materno deva-se muito mais “a uma transposição social e cultural das suas capacidades de dar à luz e amamentar” (Chodorow, 1990). Na verdade, diversas revisões históricas acerca da instituição familiar (Ariés, 1981, Badinter, 1985, Chodorow, 1990, Donzelot, 1986) sugerem que a exaltação ao amor materno é fato relativamente recente dentro da história da civilização ocidental, constituindo-se esse tipo de vínculo, tradicionalmente descrito como “instintivo” e “natural”, em um mito construído pelos discursos filosófico, médico e político a partir do século XVIII. (MOURA e ARAÚJO, 2004, p. 45)

Pensar no corpo que é responsável por cuidar de outros é refletir sobre espacialidade e as relações de maternidade e maternagem ao desconstruir nesta reflexão fatores biologizantes. É refletir sobre o modo que o corpo que materna participa e reivindica os espaços, sobre o que é negado socialmente a este corpo e o que é permitido e, subversivamente superar o que pretende limitar nossa ação e cooperação.

Sobre maternidade e maternagem, Andrea O'Reilly, ressalta:

(...) a distinção, cunhada por Rich, entre maternagem e maternidade foi o que permitiu que as feministas reconhecessem que a maternidade não é naturalmente, necessariamente ou inevitavelmente opressiva. Em vez disso, a maternagem libertada da maternidade, poderia ser experimentada como um lugar de capacitação e de mudança social se, recorrendo às palavras de Rich, as mulheres “desobedeassem às leis da instituição da maternidade”. No entanto, na maioria dos debates do feminismo acadêmico, essa crucial diferença entre a instituição e a experiência ainda não é reconhecida, nem compreendida. Como resultado, confunde-se maternagem e maternidade, de modo que a condição materna é considerada unicamente e exclusivamente como uma entidade patriarcal. (O'REILLY, 2016, p. 92)

Em uma organização de sociedade ocidentalizada, capitalista e patriarcal, o corpo nascido sob o sexo feminino é interessante para fins reprodutivos e é encaixado em obrigações sociais que suprimem o potencial participativo deste corpo para a tomada de decisões que são essenciais a sua própria sobrevivência e bem estar, logo, as reflexões sobre cuidado e parentalidade no senso comum acabam sendo direcionadas para as mulheres.

Pensar em estudos de gênero através das geografias feministas não é pensar somente no corpo da mulher e sim abrir a discussão para a questão das sexualidades e corporalidades diversas. A abordagem das feminilidades nesses estudos é a mais comum e evidente, no entanto, hoje existem estudos que pensam masculinidades e também as vivências trans, experiências que não se encaixam no padrão estabelecido pela heteronormatividade (SILVA), logo, a reflexão a respeito do cuidado também é uma discussão que traz consigo estes corpos.

Alimentando estas reflexões, é importante pensar no contexto das geografias feministas no Brasil e no mundo como ponto de partida para a reflexão do tema escolhido neste trabalho. Joseli M. Silva apresenta o panorama feminista para as geógrafas nos anos 70:

Dentre os vários movimentos sociais emergentes nos anos 60, o movimento feminista, notadamente aquele reconhecido como a segunda onda, foi fundamental para a inspiração da ação de geógrafas que iniciaram um movimento interno à geografia nos anos 70, sob a perspectiva de três objetivos principais: construir a igualdade entre homens e mulheres no âmbito da disciplina; centrar as investigações geográficas sobre as mulheres; e desafiar as filosofias, conceitos e metodologias que sustentavam a hegemonia da geografia masculina (SILVA, 2009, p. 27)

Sobre o movimento feminista e seus três momentos, Silva pontua:

A primeira onda, associada ao período entre o final do século XIX e meados dos anos 20 do século seguinte, tinha como fundamento o reconhecimento legal da igualdade

de direitos entre homens e mulheres, como o direito ao voto, ao trabalho, etc. A segunda onda, que se desenvolveu entre os anos 60 e 80, buscava a igualdade de direitos nas transformações dos costumes e das áreas cotidianas ligadas a liberdade sexual e as discriminações de gênero. A terceira onda emergiu nos anos 90, como crítica da segunda onda, e reivindicava a contemplação das diferenças das identidades femininas até então centradas na perspectiva universalizante da mulher branca. (SILVA, 2009, p.27)

No entanto, faço uma consideração sobre a generalização da luta de mulheres negras nos ditos “três momentos” do movimento feminista quando é reservado a estas uma “emergência” do pensamento feminista negro apenas na década de 1990. É preciso considerar a luta das camaradas comunistas negras muito antes da década de 1990 - nos Estados Unidos, camaradas como a jornalista e migrante Claudia Jones, que embora não cunhasse o termo “feminista” para si, muito por conta do movimento feminista ser majoritariamente organizado e voltado para mulheres brancas, reivindicava o lugar da mulher negra, na sociedade americana na década de 1940:

[...] não é um acidente que a burguesia americana tenha intensificado a opressão, não somente contra o povo negro em geral, mas contra a mulher negra em particular. Nada expõe tanto a pulsão fascista na nação (americana), que a atitude indiferente que a burguesia demonstra e cultiva em relação às mulheres negras. O vanglorio alardeado pelos ideólogos das Grandes Corporações – de que mulheres americanas possuem “o maior nível de igualdade” no mundo – fica exposto em toda sua hipocrisia quando se vê que, em muitas partes do mundo, particularmente na União Soviética, nas Novas Democracias e em outrora oprimidas regiões da China, mulheres estão obtendo novos níveis de igualdade. Mas, acima de tudo, a autovanglória de Wall Street não chega às margens do assunto quando se trata de mulheres negras da classe trabalhadora. Não igualdade, mas degradação e superexploração: essa é a realidade das condições das mulheres negras! (JONES, 2017, p. 1003, 1004)

No Brasil da década de 1980, Lélia Gonzalez reflete a respeito da sociedade brasileira e o duplo fenômeno do racismo e do sexismo ao entender a violenta potencialidade desta combinação para as mulheres negras, e como essas violências são aceitas e legitimadas cotidianamente:

O lugar em que nos situamos determinará nossa interpretação sobre o duplo fenômeno do racismo e do sexismo. Para nós o racismo se constitui como a sintomática que caracteriza a neurose cultural brasileira. Nesse sentido, veremos que sua articulação com o sexismo produz efeitos violentos sobre a mulher negra em particular. (GONZALEZ, 1984, p. 224)

Sueli Carneiro, sobre o modo como as políticas governamentais são geridas em detrimento aos direitos da mulher negra, inclusive os reprodutivos, expõe em seu artigo Biopoder, publicado em 2007 no Correio Braziliense:

A descriminalização do aborto, uma bandeira histórica do movimento feminista nacional, encontrou nova e perversa tradução de política pública na voz do governador do Rio de Janeiro, Sérgio Cabral. O governador defende a legalização do aborto como forma de prevenção e contenção da violência, por considerar que a fertilidade das mulheres das favelas cariocas as torna “fábricas de produzir marginais”. (CARNEIRO, 2011, p. 131)

O filósofo marxista Henri Lefebvre em sua obra *The Production of Space*, trabalha a ideia de que o espaço é reprodutor das relações sociais e a construção deste espaço se dá através de disputas dialéticas. Sobre o termo “espaço”, Lefebvre contextualiza o tema a partir das investidas de exploração interplanetárias dos cosmonautas na década de 1960, onde surgiu a explosão do seu uso. A obra de Lefebvre permite a leitura do espaço social como produto da capacidade do corpo humano, tanto como fruto de práticas de dominação como possibilidade de resistência à dominação (SILVA):

A proposição de Lefebvre de que o espaço é produzido socialmente, vai muito além da produção econômica de mercadorias e incorpora também a reprodução das relações sociais e biológicas da produção capitalista. O espaço como produto social contém as relações sociais de reprodução (que envolvem as relações entre os sexos, entre grupos etários e específicas organizações de famílias) e as relações de produção (as formas de divisão de trabalho e a hierarquização de funções produtivas). Para ele, os dois conjuntos de relações, produção e reprodução estão intrinsecamente interligadas, dependentes uma da outra. (SILVA et al, 2019, p.65)

A forma do espaço público ocidental é historicamente pensada e produzida de modo a atender ao sujeito homem cisgênero hétero branco: a construção da cidade, o mercado de trabalho e as formas de lazer são exemplos. Sobre o direito à cidade, dialogando com Lefebvre, o geógrafo David Harvey coloca:

A questão de que tipo de cidade queremos não pode ser divorciada do tipo de laços sociais, relação com a natureza, estilos de vida, tecnologias e valores estéticos que desejamos. O direito à cidade está muito longe da liberdade individual de acesso a recursos urbanos: é o direito de mudar a nós mesmos pela mudança da cidade. Além disso, é um direito comum antes de individual já que esta transformação depende inevitavelmente do exercício de um poder coletivo de moldar o processo de urbanização. A liberdade de construir e reconstruir a cidade e a nós mesmos é, como procuro argumentar, um dos mais preciosos e negligenciados direitos humanos. (HARVEY, 2012, p. 74)

Sendo a maneira como a cidade é construída o reflexo das relações sociais, a estrutura das universidades por muitas vezes não está preparada ou foi pensada para dar suporte e apoio às mulheres que são mães e para a parentalidade em geral muito porque a nossa sociedade de

uma maneira geral não o faz. Portanto, o masculinismo que há na seleção da produção acadêmica reflete o modo como é organizada a sociedade ocidentalizada.

Na estrutura da universidade, fatores que podem ser considerados para levar a essa percepção são, por exemplo, a estrutura dos alojamentos universitários, a estrutura dos banheiros sem equipamentos destinados a troca de fraldas, a receptividade que pode ou não existir quando crianças estão inseridas nesses espaços (infantofobia), a disponibilidade de auxílios financeiros, o acesso ao Restaurante Universitário, licença maternidade/paternidade, a flexibilização de prazos de entrega de trabalhos e etc.

JUSTIFICATIVA

A presença de estudantes com filhos nas universidades e também a presença de arranjos familiares diversos nestes espaços, explicitam a necessidade de serem realizados mais estudos e pesquisas que contribuam para a permanência destes estudantes nas instituições públicas de ensino superior. Segundo dados da Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior (ANDIFES), um em cada dez estudantes de graduação nas instituições de ensino superior federal (considerando homens e mulheres) possui filhos e:

Cerca de 65,5% dos estudantes com filhos dependem de auxílio da família para se dedicar aos estudos, sendo que apenas 5,2% contam com creches e redes de apoio na universidade. Porém, conforme dados do IBGE, os arranjos monoparentais femininos (mães solo) representam cerca de 15,3% dos arranjos domiciliares no Brasil, com limitações na rede de apoio. (PARENT IN SCIENCE, 2021)

Neste presente trabalho, pretendo através do levantamento de conquistas e propostas de políticas institucionais e ações de apoio à parentalidade nas Instituições de Ensino do estado do Rio de Janeiro, elaborar uma cartografia que trace conexões que possam contribuir para a permanência de discentes mães e pais na universidade, sobretudo por ser mãe e discente de graduação, e apoiar a parentalidade dentro deste espaço.

METODOLOGIA

Para a realização desta pesquisa, farei um estudo descritivo a partir de referências bibliográficas e levantamento de dados à respeito de movimentações, ações e conquistas de grupos e coletivos que discutem maternidade e parentalidade, bem como a existência de políticas públicas institucionais de apoio à parentalidade em 5 instituições de ensino superior do Rio de Janeiro, UFF, UFRJ, UERJ, UNIRIO e UFRRJ (considerando os campi da região metropolitana do Rio de Janeiro). O levantamento de ações possibilita a visualização ampliada do que é possível fazer, tomar como inspiração e estimular o espelhamento de práticas positivas.

A partir das metas e objetivos estabelecidos no I Encontro do Fórum dos Grupos de Trabalho sobre Equidade de Gênero, Parentalidade e Diversidade das IES RJ, pretendo investigar as ações realizadas nos campi das IEs pesquisadas, entrando em contato com os grupos e coletivos de apoio à parentalidade existentes e também com núcleos de pesquisa sobre gênero, parentalidade e diversidade. A divulgação das ações destes grupos e coletivos por meio de redes sociais é algo que também será levado em conta, pois atinge potencialmente o público discente conectado ao cyberspaço.

Após o levantamento das ações, pretendo realizar um questionário aberto no formato Google Formulários, a ser divulgado nas redes sociais (Facebook, Instagram e Whatsapp) tendo como público esperado discentes dos campi Seropédica e Nova Iguaçu da UFRRJ, que são responsáveis pelo cuidado parental e equilibram suas responsabilidades entre o espaço privado e relacional de seus lares e o espaço público da universidade; para que estas pessoas possam expor suas necessidades e desejos.

Com os dados colhidos, pretendo traçar uma conexão entre as práticas de apoio à parentalidade que existem nas IES da região metropolitana do Rio de Janeiro e o que poderia ser aplicado na UFRRJ. Penso também na elaboração de um mapa - uma cartografia de apoio à parentalidade - que se apresente por meio de uma apresentação interativa a ser disponibilizada virtualmente.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CARNEIRO, Sueli. Racismo, Sexismo e Desigualdade no Brasil. São Paulo: Selo Negro, 2011.

HARVEY, David. The right to the city. Trad. Jair Pinheiro, Lutas Sociais, São Paulo, n.29, p.73-89, jul./dez. 2012

GONZALEZ, Lélia. Racismo e sexismo na cultura brasileira. In: Revista Ciências Sociais Hoje, Anpocs, 1984, p. 223-244

JONES, Claudia. Um fim à negligência em relação aos problemas da mulher negra!. Estudos Feministas, Florianópolis, 25(3): 1001-1016, setembro-dezembro/2017.

LEFEBVRE, Henri. A produção do espaço. Trad. Doralice Barros Pereira e Sérgio Martins (do original: La production de l'espace. 4e éd. Paris: Éditions Anthropos, 2000). Primeira versão: início - fev.2006.

MOURA, Solange; ARAÚJO, Maria. A Maternidade na História e a História dos Cuidados Maternos. Psicologia, Ciência e Profissão, 2004, 24 (1), p. 44-55.

O'REILLY, Andrea. Matricentric Feminism: Theory, Activism, and Practice. Paperback, Bradford, ON: Demeter Press, 2016.

SILVA, Joseli. Fazendo geografias: pluriversalidades sobre gênero e sexualidade. In: SILVA, Joseli Maria (org.). Geografias Subversivas: discursos sobre espaço, gênero e sexualidades. Ponta Grossa: Todapalavra, 2009, p. 25-54.

SILVA, Joseli. et al. O legado de Henri Lefebvre para a constituição de uma geografia corporificada. Caderno Prudentino de Geografia, Presidente Prudente, n. 41, v. 3, Dossiê "Geografias interseccionais: gênero, raça, corpos e sexualidades" p. 63-77, jul-dez, 2019.

I Encontro do Fórum Estadual dos GT sobre Equidade de Gênero, Parentalidade e Diversidade das IES RJ. Fórum Estadual GTs RJ Equidade e diversidade. YouTube. 2 de jul. de 2021. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=CIjCG4UKkHo&t=5913s>. Data de acesso: 24 de out. de 2021